

# REFORMA AGRÁRIA EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DOS SISTEMAS AGRÁRIOS

## AGRARIAN REFORM IN SANTANA DO LIVRAMENTO/RS: APPROACH THROUGH THE AGRARIAN SYSTEMS METHODOLOGY

**Julia Saldanha Aguiar**

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia  
Programa de Pós-graduação em Geografia / UFRGS  
juliasva@gmail.com

**Rosa Maria Vieira Medeiros**

Doutora em Geografia pela Université de Poitiers  
Programa de Pós-graduação em Geografia / UFRGS  
rmvmedeiros@yahoo.com.br

### Resumo

Este texto apresenta uma sistematização dos primeiros resultados de nossa pesquisa sobre os impactos da reforma agrária na região de Santana do Livramento/RS, município localizado na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, no Pampa gaúcho. Temos como referência para o estudo a abordagem através dos *sistemas agrários*. Iniciamos com uma aproximação à geografia física local através de um zoneamento agroecológico regional. Passamos para a evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Fronteira Oeste, chegando à situação produtiva e fundiária atual do município. Após a análise nessa escala, fazemos uma compilação acerca da situação dos assentamentos instalados na região. Realizamos ainda, um sucinto relato de campo, indicando a complexidade de análise que esse tipo de vivência, na escala do lugar, pode provocar. Nos encaminhamos, desse modo, para o final, apontando a direção que nossa abordagem acerca da reforma agrária na região deve seguir.

**Palavras chave:** Reforma agrária, Reterritorialização, Campanha Gaúcha, Matriz produtiva, Agroecologia.

### Abstract

This text is a compilation of the first results of a study on the impacts of the agrarian reform in the region of Santana do Livramento/Brazil, a place situated on the border between Brazil and Uruguay, in the gaucho Pampas. We take as a reference the *agrarian systems* perspective. We look into the physical geography of the region, through a regional agroecologic perspective. We follow through an analysis on the local

scale, with a compilation of the productive situation of the region. After, we look into the situation of the agrarian reform settlements localized in that territory. We finish by indicating future possibilities that our study on the settlements in the region can follow.

**Keywords:** Agrarian reform, Territory, gaucho Pampas, Production matrix, Agroecology.

## Introdução

Como avaliar os impactos da reforma agrária em determinada região? Em seu texto *Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais*, o professor Sérgio Leite (2003) aponta um caminho; um levantamento de aspectos e questões para a avaliação dos impactos que os assentamentos da reforma agrária geram nas regiões em que se instalam. Nessa linha, aqui pretendemos sistematizar alguns aspectos relacionados a esse processo no município de Santana do Livramento, localizado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, divisa do Brasil com Uruguai, no bioma Pampa<sup>1</sup>.

Desde o início da década de 1990, a Campanha Gaúcha<sup>2</sup> vem sendo objeto de políticas da reforma agrária, hoje com centenas de projetos de assentamento (PAs) instalados. Este ambiente de características morfológicas e climáticas bastante peculiares pela estrutura fundiária com predomínio de grandes propriedades se mantém como área de interesse para reforma agrária no estado, com a perspectiva de instalação de mais famílias na região diante da pressão social existente. O município de Santana do Livramento foi uma das localidades em que esse processo se concentrou, e hoje, conta com 31 assentamentos em seu território.

De modo de vida arraigado na tradição da pecuária extensiva, a chegada de milhares de famílias de outras partes do estado produz um novo contexto na Campanha; novos atores vivendo, interagindo, produzindo uma diferente organização do espaço e,

---

<sup>1</sup> O bioma Pampa caracteriza-se por planícies onduladas cobertas por vegetação herbácea, com espécies lenhosas ao longo das margens dos rios. Localiza-se entre 30° e 34° latitude Sul e 57° e 63° longitude Oeste, estendendo-se em uma área de 700 mil Km<sup>2</sup>, entre o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entreríos e Corrientes e a República Oriental do Uruguai. Representa cerca de 2,4% da vegetação brasileira.

<sup>2</sup> Consideramos, com base em Haesbaert (1988), a Campanha Gaúcha como uma região de paisagem relativamente homogênea, com predomínio de campos limpos, e estrutura agrária de grandes propriedades e atividade econômica predominantemente pastoril.

conseqüentemente, efeitos sobre a realidade anterior. Nossas reflexões se orientam no sentido de perceber, registrar e sistematizar esses impactos, buscando contribuir para a compreensão da reforma agrária no bioma Pampa.

O presente texto está dividido em cinco partes. Na primeira parte, observamos alguns aspectos da abordagem através dos *sistemas agrários*, a qual temos como referência para a realização desse estudo. Na segunda, realizamos uma aproximação à geografia física local através de um zoneamento agroecológico regional. Na terceira, passamos para a evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Fronteira Oeste, chegando à situação produtiva e fundiária atual do município. Após a análise na escala municipal, na quarta parte, fazemos uma compilação acerca da situação dos assentamentos instalados na região, realizando um sucinto relato de campo, de uma primeira visita; o relato busca indicar a complexidade que a vivência de campo, no lugar, é capaz de trazer para a análise das situações. Nos encaminhamos, desse modo, para o final, apontando caminhos que nossa pesquisa deve seguir.

### **A abordagem através dos sistemas agrários**

Para a análise do processo de desenvolvimento do meio agrário no município de Santana do Livramento, temos como referência a abordagem através dos *sistemas agrários*. A metodologia propõe a reconstituição, desde o ambiente natural da região, passando pelas primeiras ocupações humanas, até chegar à complexidade contemporânea. De acordo com Mazoyer e Roudart (1997, p.44):

O conceito de sistema agrário é um instrumento intelectual que nos permite apreender a complexidade de toda a forma de agricultura real através da análise metódica da sua organização e do seu funcionamento. Este conceito permite-nos também classificar as inúmeras formas de agricultura identificáveis no passado ou hoje observáveis num número limitado de sistemas, caracterizados, cada um, por um gênero de organização e de funcionamento.

A utilização da metodologia descrita pelos pesquisadores permite o mapeamento da evolução e diferenciação do meio agrário, que dessa forma, se apresenta em sistemas

produtivos-econômicos-sociais-políticos organizados e coerentes. Com a divisão do tempo realizada para fins didáticos e de análise, os sistemas agrários se metamorfoseiam em formas e modos de produção sucessivos, que funcionam com lógicas internas próprias, esboçando o processo dinâmico de transformação e convivência entre práticas e técnicas de diversos tempos e idades históricas. Nessa linha, explicam Mazoyer e Roudart (1997, p.43): “Cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura, historicamente constituído e geograficamente localizado, composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido, permitindo este explorar duradouramente a fertilidade do ecossistema cultivado correspondente”. O estudo dos sistemas agrários passa, assim, pelo estudo dos modos de produção em um determinado lugar, ao longo das diversas épocas.

Nesse sentido, a situação atual em Santana do Livramento, e de certa forma, no campo brasileiro como um todo, parece ser de uma convivência bastante complexa entre técnicas com diferentes idades, origens, custos, potencialidades e resultados produtivos e sociais. Milton Santos (1996, p.42-43) explica assim essa presença simultânea de situações técnicas contrastantes:

Devemos partir do fato de que esses diferentes sistemas técnicos formam uma situação e são uma existência num lugar dado, para tratar de entender como, a partir desse substrato, as ações humanas se realizam. A forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter conseqüências sobre as formas de vida possíveis naquela área.

Nessa linha, a reconstituição do desenvolvimento e diferenciação dos sistemas agrários na região de Santana do Livramento pode contribuir para a compreensão do universo ecológico, socioeconômico, cultural e político em que os assentamentos da reforma agrária se encontram. Variáveis essenciais para a realidade em questão, como a estrutura fundiária e a matriz produtiva atual, estão enraizadas tanto nas condições do bioma Pampa e no processo histórico de ocupação e apropriação daquele território, quanto nas relações econômicas e políticas estabelecidas pela região da Campanha com o poder central e com os países vizinhos, desde a época colonial. Além disso, dada a condição pública das terras dos assentamentos da reforma agrária, parece interessante que os sistemas produtivos para os PAs, sejam pensados em uma perspectiva durável,

isto é, adaptados às condições ecológicas dos campos sulinos. Dito isso, passamos ao ambiente natural da região.

### **Um zoneamento agroecológico da Campanha gaúcha**

O município de Santana do Livramento localiza-se no bioma Pampa, em uma parte da América do Sul caracterizada por clima subtropical, vastas planícies suavemente onduladas, cobertas por vegetação de campos e pradarias. De acordo com Boldrini (2009, p.67): “A matriz geral é formada por áreas extensas de campos, com inclusões de florestas pelas margens de rios”. São citadas as regiões fitoecológicas da *Estepe* e da *Savana Estépica* para o município (IBGE, 1986 apud INCRA, 2006). Essas formações, características do ambiente pampeano, ocupam 63% do território do Rio Grande do Sul, com quase 18 milhões de hectares (MMA, 2007), e são compostas por alta diversidade florística; estudos recentes constataram a existência de 2.200 espécies vegetais (BOLDRINI, 2009). A porção ocidental de Santana do Livramento, além disso, pode ser considerada como a ‘*área core*’ do bioma Pampa no Brasil (BOLDRINI, 1997 apud INCRA, 2006); nessa porção os solos são rasos e férteis, há dominância de espécies que cobrem bem o solo, e que são de bom valor forrageiro. A figura 1 (abaixo) apresenta a área ocupada pelo bioma Pampa na América do Sul.



Figura 1: América do Sul com o bioma Pampa em destaque / Fonte: Chomenko, 2008

No ambiente pampeano, embora de forma restrita, ocorrem formações florestais às margens dos rios e arroios, as matas de galeria; esses espaços são essenciais para a sobrevivência de boa parte da fauna da região, caracterizada por alta diversidade, com populações importantes de mamíferos, répteis e aves, muitas dessas endêmicas e ameaçadas de extinção (BOLDRINI, 2009).

A região apresenta temperatura média anual de 17,8°C, tendo em janeiro seu mês mais quente com temperatura média de 24,2°C e em junho o mês mais frio, com temperatura média de 12,1°C. Entre os meses de maio e setembro as temperaturas mínimas médias encontram-se abaixo de 10°C (INCRA/RS, 2006). Essa característica, associada ao efeito de *continentalidade*, torna a região bastante suscetível a situações climáticas rigorosas.

A precipitação anual total é de 1.388 mm, não havendo grandes diferenças de distribuição pluviométrica entre as estações do ano. Apesar disso, Santana do Livramento, e boa parte da Campanha, apresentam uma parte do ano com déficit hídrico; observa-se que o comportamento da precipitação na região não costuma garantir uma disponibilidade constante de água no solo para as plantas, em especial nos meses mais quentes (INCRA/RS, 2006, p.5). A observação da configuração geológica do município contribui para o entendimento do déficit hídrico característico da região.

Santana do Livramento encontra-se inserido no *Domínio Morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares*, e tem seu território dividido em duas regiões geomorfológicas bastante distintas. Na porção ocidental, o Planalto da Campanha, através da unidade geomorfológica Planalto de Uruguaiana. Na porção oriental, a Depressão Central Gaúcha, através da unidade geomorfológica Depressão do Rio Ibicuí-Rio Negro (IBGE, 1986 apud INCRA/RS, 2006). Tal conformação geológica produz uma situação de solos heterogênea (Figura 2).

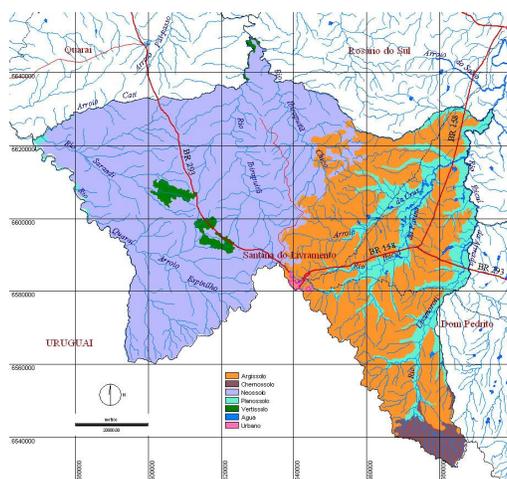


Figura 2: Mapa de solos de Santana do Livramento / Fonte: INCRA, 2006

Essas duas grandes regiões, uma de solos basálticos, pedregosos e rasos, e outra de solos mais arenosos e frágeis, foram ao longo da história, e ainda são determinantes para as atividades econômicas possíveis de serem desenvolvidas no município. De acordo com o *Levantamento da capacidade de uso da terra no Rio Grande do Sul* (1985), aproximadamente 56,3% das terras do município são solos rasos (Neossolos Litólicos), onde a prática da pecuária extensiva em latifúndios é ainda predominante, cerca de 9,8% da área do município é ocupada por solos de várzea, boa parte atualmente usados no cultivo de arroz, e 32,4% são solos com maior profundidade (Argissolos) onde, apesar da fragilidade dos mesmos, existe maior variedade de cultivos sendo implementados no presente (INCRA, 2006). Todos os assentamentos da reforma agrária de Santana do Livramento localizam-se na região de solos mais baixos e arenosos.

Quanto à hidrografia, os cursos d'água de Santana do Livramento pertencem às

bacias dos rios Quaraí (30,8% do território), Ibicuí (25,6%) e Santa Maria (43,6%), todas pertencentes à região hidrográfica do rio Uruguai. Todos os PAs do INCRA no município situam-se na bacia do rio Santa Maria, sub-bacia do rio Ibicuí da Armada.

O município está localizado sobre área de afloramento do *sistema aquífero guarani*. De fato, a parte basáltica situa-se sobre área de confinamento do aquífero, e a parte dos solos arenosos situa-se sobre áreas de recarga direta. A importância da manutenção da boa qualidade dessa água subterrânea, leva à necessidade de se pensar um uso agrícola adequado, que leve em conta os mecanismos de alimentação desse imenso reservatório natural de água.

Devido às suas características bastante particulares, praticamente todo o território do município de Santana do Livramento foi enquadrado como *área prioritária para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira* (Portaria MMA Nº 09, de 23 de janeiro de 2007). A figura 3 indica essas áreas, com boa parte do Pampa gaúcho sendo considerada região prioritária para a conservação.

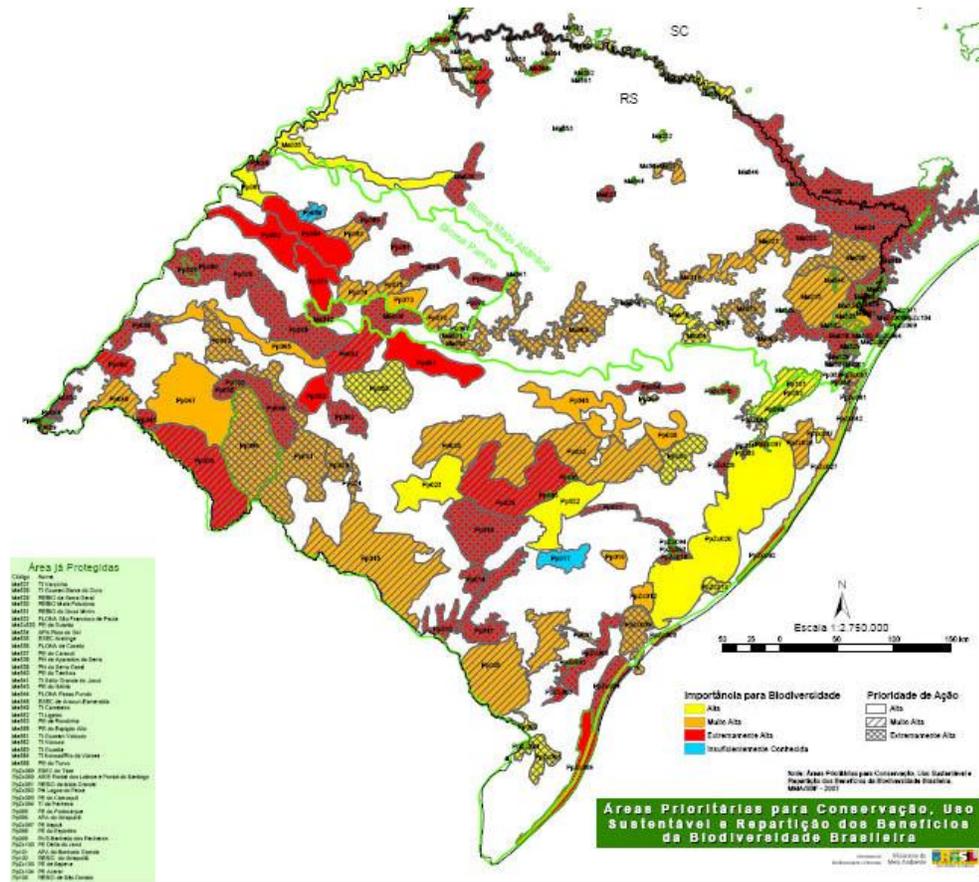


Figura 3: Áreas prioritárias para conservação no estado do Rio Grande do Sul

Passamos, desse modo, à ocupação humana desse ambiente.

### **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários: das sesmarias à reforma agrária em Santana do Livramento**

Dividimos o processo de evolução e diferenciação dos sistemas agrários na região onde hoje se encontra o município em seis grandes períodos; os anos apontados como início e fim de cada período são indicações relativamente flexíveis, são as épocas em que observamos mudanças no modo dominante no qual os humanos se utilizam dos recursos naturais, na forma como se apropriam do espaço, nos sistemas técnicos que constituem os processos produtivos, e nas relações sociais e políticas que estabelecem.

Tendo esses aspectos em mente, e com base nas informações observadas em diversas fontes bibliográficas, observamos as seguintes fases no desenvolvimento dos sistemas agrários na região: Período indígena (antes de 1600 d.C.); Vacaria del Mar (entre 1600 e 1700 d.C.); Tropeirismo (entre 1700 e 1780 d.C.); Estâncias (de 1780 a 1910 d.C.); Moderno Industrial (de 1910 a 1970 d.C.); e Contemporâneo (de 1970 até os dias atuais).

### **Período indígena (antes de 1600 d.C.)**

Nas origens da ocupação pré-histórica da região platina oriental, caçadores-coletores se estabelecem nas paisagens abertas dos pampas, caçando com arcos, flechas e boleadeiras os animais, nestas extensas coxilhas, sem horizontes que ligam a Patagônia argentina ao sul do Brasil e aos campos de Vacaria, de Lages e de Curitiba. [...] Somente muitos séculos depois essas tradições sócio-culturais serão modificadas pelo aporte de inovações tecnológicas importantes e pela chegada de grupos de horticultores que migram para nossa região (KERN, 1991, p.9).

A chegada dos primeiros habitantes humanos na região pampeana data de 12 mil anos atrás; após o final da última glaciação, com o aumento da temperatura e da umidade, comunidades indígenas que formavam as nações Charrua e Minuano vieram a habitar as pradarias que se estendiam pela vasta planície da região subtropical da América do Sul. De acordo com Kern (1991), os povos Minuano ocuparam as Serras do Sudeste, enquanto os Charrua se desenvolveram ao longo dos rios Ibicuí e na bacia do Uruguai, entrando em terras argentinas e uruguaias.

Com um modo de vida nômade ou semi-nômade, as comunidades tinham no extrativismo, na caça e na coleta, a fonte para a subsistência e reprodução social; alimentavam-se da carne de animais como veado, avestruz, capivara, tatu e rato do banhado, também de pequenos roedores, aves e peixes. Para a produção de vestimentas, abrigos e utensílios aproveitavam-se do couro e de outras partes desses animais, e utilizavam-se ainda, de plantas silvestres em seus sistemas alimentares.

No início do século XVI, com a chegada dos espanhóis e portugueses na América, foram introduzidas as primeiras cabeças de gado bovino, ovino e equino, todos de raças ibéricas. Os animais foram abandonados à sorte na região, e encontraram no bioma Pampa, um lugar ótimo para a reprodução da espécie. Assim, desenvolveram-

se as condições ambientais para a economia fundada na pecuária, característica de toda essa região.

Com a introdução dos grandes animais pastadores, os índios Charrua tiveram uma significativa mudança no modo de vida. Sem demora, esse povo de tradição guerreira dominou as técnicas de andar à cavalo e de arrebancar o gado, e assim, aliaram à sua cultura novos elementos, tanto para o transporte e alimentação, quanto para a guerra. O povo Charrua resistiu e guerreou intensamente contra os estrangeiros que primeiro chegaram em terras pampeanas, e hoje são um povo do qual pouco se tem vestígios. Além disso, ao longo dos primeiros séculos de ocupação, com o estabelecimento de um sistema econômico ligado à pecuária, muitos Charrua e seus descendentes foram integrados ao processo de colonização luso-espanhola, trabalhando como hábeis peões de estância (KERN, 1991). Hoje, reconhece-se que a fusão dessas etnias deu origem ao povo gaúcho.

#### **Vacaria del Mar (1600 a 1700 d.C.)**

*Vacaria del Mar* foi a denominação da grande extensão de terras, que contava com imensas reservas de gado, na região pampeana que compreende a atual Campanha gaúcha e o Uruguai. Nesse espaço, por volta do século XVII, iniciou-se a ‘*preia ao gado xucro*’; uma intensa atividade de caráter predatório, em que o gado era caçado e dele extraía-se apenas o couro, que era então exportado para a Europa por Buenos Aires ou pela Colônia do Sacramento. A carne, na época, não tendo um valor econômico, era consumida no local, em quantidades necessárias à subsistência, e o restante, deixado a apodrecer no campo (PESAVENTO, 1980).

A preação do gado e a possibilidade de comercializar o couro, atraiu a participação de diferentes grupos sociais para a região: “portugueses de Sacramento, índios aldeados que vinham vaquear para os padres, ‘acioneros’ de St. Fé, Corrientes e Buenos Aires, que preavam animais com permissão das autoridades espanholas, e aqueles indivíduos que, ‘sem rei, sem fé e sem lei’, vaqueavam por conta própria, vendendo os couros a quem lhes pagasse mais” (PESAVENTO, 1980, p.10-11).

Em termos políticos, o extremo sul do Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII, configurou-se como um espaço disputado entre portugueses e espanhóis. Considerado como '*terras de ninguém*', a região tinha fronteiras indefinidas e uma população que, com extrema mobilidade, sabia se valer dessa situação ambígua. Nesse sentido, a constituição das missões jesuíticas no noroeste gaúcho, por espanhóis, e a formação da Colônia do Sacramento por portugueses, na porção sudoeste da atual República Oriental do Uruguai, fez com que o espaço onde hoje se situa Sant'Ana do Livramento fosse ora dominado pela Coroa espanhola ora pela Coroa portuguesa (CHELOTTI, 2005). Essa situação teve como conseqüência uma ocupação fortemente militarizada, que visava a manutenção de um território com posição geopolítica estratégica.

A transição para o sistema agrário seguinte se dá com o surgimento de novas oportunidades econômicas para o rebanho presente na Campanha gaúcha. Entrava o século XVIII, com o Ciclo do Ouro, e as minas na região das Gerais ascendiam. Agora, um novo produto do gado seria o interesse principal: a carne; para alimentar os trabalhadores das minas do Centro-oeste brasileiro e a poderosa elite que lá se constituía.

### **Tropeirismo (1700-1780 d.C.)**

Ao findar o século XVII, o contexto colonial brasileiro sofreu um processo de renovação. A decadência do açúcar foi compensada pela descoberta das minas na zona das Gerais. Interiorizou-se o pólo econômico de atração da colônia portuguesa. A mineração, atividade altamente especializada, concentrando densas massas populacionais, com grande poder aquisitivo e localizadas à distância do litoral, fez com que surgisse um mercado interno no Brasil. É neste momento que assumiram relevância os rebanhos de gado no sul do país, conectando-se o Rio Grande do Sul à zona das Gerais, como economia subsidiária da economia central de exportação (PESAVENTO, 1980, p.13).

O campo sem divisas nem donos, na fase do tropeirismo o gado era arrebanhado em regime extrativista nas vastas planícies sulinas e conduzido em pé, por caminhos que ligavam as planícies e pradarias do Sul, às chapadas do centro do Brasil. Esse sistema agrário teve como base socioeconômica o *tropeio de gado* para o corte, e de muares, para o transporte de carga na região das minas. Com o surgimento de um mercado

interno no Brasil, os rebanhos de gado no Sul do País ganham relevância como alimento para as populações empenhadas na atividade mercantil da Coroa; nesse movimento, o Rio Grande do Sul se posiciona como uma economia subsidiária à economia central de exportação, gerida pela Metrópole.

Em 1938, enquanto pesquisa a ocupação do território brasileiro, o geógrafo Pierre Deffontaines faz um relato dessa época passada; tempo em que a circulação para o transporte de mantimentos foi em si mesma criadora de aglomerações, que deram origem a povoados e cidades, ao longo do caminho dos tropeiros. Assim relata o pesquisador:

Os viajantes antigos descrevem o incessante desfilar das tropas de burros e de mulas ao longo das pistas ou os carros de bois com rodas chiadoras puxados por cinco a dez juntas de bois. [...] Transportavam-se para os portos, metais preciosos e alguns produtos oriundos da agricultura: café, cachaça, açúcar; trazia-se para o interior sal, alimentos, farinha. Em peso, isto representava pequenas quantidades, mas os meios de transporte rudimentares, unicamente por tração animal, faziam do tropeiro um personagem típico; era um dos horizontes de trabalho mais difundidos (DEFFONTEINES, 1938, p. 124-125).

O tropeiro, tipo social por excelência do período, tinha habilidades tanto para o manejo do gado, quanto para a guerra. Havia ainda a presença de escravos e homens livres acompanhando as tropas.

Com o tempo a dimensão tomada pelo *negócio* do gado levou à redução considerável do rebanho; tornava-se necessário que se cuidasse da reposição dos animais. Aliado a isso, a mineração de ouro e diamantes entra em decadência, retraindo a procura por animais naquela região. Nesse momento de instabilidade e potencial crise para a pecuária gaúcha, dois novos produtos aparecem como oportunidades para o estado: o charque e o trigo. Com eles, uma nova forma de organização econômica e territorial começa a se configurar. A produção, especializada em poucos produtos, objetivava novamente o abastecimento do mercado interno brasileiro.

Concomitante a isso, na terceira década do século XVIII, teve início a distribuição de sesmarias na região da Campanha; definia-se, assim, a posse da terra e do gado com o estabelecimento das estâncias no extremo Sul do Brasil. A Coroa distribuiu terras a tropeiros que se sedentarizaram e a militares que deram baixa e se

afazendaram. As sesmarias eram grandes extensões terras devolutas, que mediam em torno de três léguas por uma (cerca de 13.000 hectares).

### **Estâncias (1780-1910 d.C.)**

A manutenção da ocupação militar possibilitou que o arrebanhamento de gado, embora tivesse iniciado através de formas instáveis de propriedade, facultasse o surgimento de uma organização econômica: a estância pastoril. Tal associação originou uma singular categoria social, 'o militar estancieiro que, ao mesmo tempo em que se identificava com os interesses da metrópole, cuidava de seus interesses particulares (PICCOLO, 1979 apud HEIDRICH, 2000, p.57).

Com a expansão das sesmarias na região, consolida-se uma economia sustentada na produção do charque, destinado principalmente à alimentação de escravos. O charque logo se tornou um negócio bastante rentável; conferia novo valor para a carne e se ligava a um mercado interno relativamente estável, com a compra garantida, sem depender das flutuações da economia nacional e internacional. Houve, assim, uma grande ascensão econômica de pecuaristas-latifundiários da Metade Sul do estado, e com isso, a formação de uma elite política de caráter regionalista, militar e conservadora (HEIDRICH, 2000). Enraizou-se, dessa forma, na Campanha gaúcha, a estrutura fundiária organizada em torno dos latifúndios, tendo na pecuária extensiva de bovinos, ovinos e eqüinos o centro da matriz produtiva.

A capitalização promovida pelo charque deu condições para os charqueadores adquirirem escravos. Com isso, uma legião de cativos negros desembarcados no Prata, foi trazida para a região e se tornou a base trabalhadora das charqueadas rio-grandenses. Desenvolveu-se, assim, uma organização social baseada em senhores de terra, gado, charqueadas e escravos, com relações autoritárias e violentas (PESAVENTO, 1980).

No plano nacional e internacional, alguns acontecimentos são relevantes para a compreensão do processo de transição, do sistema agrário baseado nas charqueadas para uma estrutura produtiva de características capitalistas e modernas. O século XIX foi uma época de grande efervescência política; em poucos anos ocorreram diversos episódios que abalaram a organização política e econômica vigente e levaram o país a

buscar uma nova estruturação. Nesse sentido, no plano nacional, em 1822, a Independência do Brasil finda (oficialmente) com o período do Brasil Colônia e instala a fase imperial, abrindo assim, para uma nova lógica produtiva: o capitalismo.

O processo de independência do Brasil inseriu-se na crise mais ampla de desagregação do Antigo Sistema Colonial. Vencida a fase de acumulação primitiva de capitais, tudo aquilo que fora mecanismo de sustentação do colonialismo – escravismo, monopólio – tornou-se um entrave à constituição plena do capitalismo nas economias centrais. A emergência da fábrica moderna, o aumento da produtividade pela aplicação da ciência e tecnologia e a produção em série exigiam tanto a abertura de mercados quanto a difusão de relações assalariadas de produção (PESAVENTO, 1980, p.35).

Na região pampeana, logo após a Independência, ocorre a Guerra da Cisplatina; um conflito pela posse da Banda Oriental (atual Uruguai). A Cisplatina fora conquistada por D. João, em 1820, abrindo o Rio Grande uma nova fronteira entre o rio Ibicuí e o Quaraí (onde hoje se situa Livramento). Nessa época foram concedidas as sesmarias na região, o que permitiu a intensificação das ligações econômicas com o Prata. Em 1828, no entanto, o Uruguai torna-se independente. Com isso, o Rio Grande do Sul perde o controle sobre a província Cisplatina, o que significa a perda do gado uruguaio, que deixa de ser conduzido para as charqueadas brasileiras.

Alguns anos depois, o charque platino e o charque rio-grandense entram em forte concorrência e passam a disputar o mercado brasileiro. O charque uruguaio, em virtude do modo de produção mecanizado, já nos moldes capitalistas, consegue menores preços e uma melhor colocação. Essa disputa anuncia a falência do sistema produtivo das charqueadas sulinas, que já se mostrava atrasado, com baixa produtividade, baixa inovação e muita violência.

Assim, em 1848, a extinção do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queiroz abala profundamente o charque rio-grandense. Com a impossibilidade de importar novos escravos, grande parte dos cativos do charque é transferida para a região central do Brasil, onde os cafezais inciam o seu ciclo de acumulação, e as charqueadas, por sua vez, entram na '*crise dos braços*'. Aliado a isso, em 1850, a Lei de Terras extinguiu a concessão de sesmarias; a terra que antes era gratuita, passa a ter valor mercantil, e com isso, a posse da mesma, entra para os custos de produção. Com a mão-de-obra e a terra escasseando, as charqueadas rio-grandenses entram em decadência e se restringem a

poucos lugares no estado.

Já na tendência de modernização dos sistemas produtivos, em 1883, na Argentina, ocorre a instalação do primeiro frigorífico de capital internacional no Pampa: *The River Plate Fresh Meat Company*, um empreendimento inglês. Sem demora, os estrangeiros percebem as oportunidades no vasto rebanho que pastava por toda a região e começam a instalar suas estruturas fabris. Anuncia-se assim, a transição para um novo sistema agrário, desta vez, baseado na industrialização da carne, e em uma diversificação de culturas.

### **Sistema agrário moderno industrial (1910-1970 d.C.)**

No início do século XX, instalam-se em Santana do Livramento dois grandes frigoríficos de capital internacional; na época, o município constituía-se no segundo maior abatedouro do estado, e estava no centro da maior região de produção pecuária do sul das américas. Livramento entrara mais tarde que o restante da Campanha gaúcha na economia das charqueadas, já em uma condição pós-escravista, com relações assalariadas de produção.

Quando os capitalistas-estrangeiros chegaram na vila da fronteira, encontraram a Charqueada Sant'Ana; o empreendimento, de capitais uruguaios, era o maior da região. Instalada em 1903, a Charqueada Sant'Ana tinha uma área de 520 ha, com cerca de 900 trabalhadores, muitos desses, distribuídos em 150 casas na propriedade da empresa; produzia, além de charque, sabão e velas. "Em 1907 a charqueada Sant'Ana colocava-se entre as 20 maiores empresas brasileiras, indicando o papel desse tipo de empreendimento para a economia nacional" (SCHÄFFER, 1993, p.43). Havia ainda diversas outras charqueadas de menor porte, algumas de capital local, outras internacional. Essa situação, aliada à oferta de um farto rebanho em território santanense, repercutiu na instalação de grandes frigoríficos no município. Em 1917, a Companhia Armour adquire as estruturas da charqueada Sant'Ana e estabelece o Frigorífico Armour. Em seguida, em 1918, a Companhia Wilson, também estadunidense, implanta uma unidade para o processamento da carne da região.

A localização geográfica, representou um importante elemento de expansão para esses capitais internacionais. A proximidade com os países do Prata possibilitou, entre outros fatores, a aglutinação de um vasto rebanho; assim, não só o gado brasileiro era comercializado e industrializado pelos frigoríficos, mas devido à proximidade, também o uruguaio. De fato, as relações com o Prata eram muito fortes. A saída da produção por Montevideu acentuava essa vinculação; “para a exportação de carnes a frio, o Armour dispunha de um ramal ferroviário que atingia as instalações frigoríficas e por onde chegavam os vagões que levavam os derivados de carne para um hangar naquele porto do Prata” (SCHÄFFER, 1993, p.45). A ferrovia brasileira, por sua vez, foi implantada somente em 1912, décadas depois da chegada da ferrovia uruguaia, numa tentativa tardia de integração nacional. E apesar disso, o vínculo com Montevideu não foi rompido.

A chegada da indústria estrangeira no Pampa representou um grande impulso para o desenvolvimento da pecuária regional; trouxe uma série de modernizações para os criadores, conferiu um maior valor ao gado, deu estímulo ao refinamento dos métodos de criação, com o melhoramento genético dos animais, e proporcionou um aproveitamento industrial para o rebanho bovino (PESAVENTO, 1980).

Era época da Primeira Guerra Mundial, e o grupo Armour exportava carne industrializada do Pampa para abastecer as tropas americanas que lutavam na Europa. Com os preços em alta, foram tempos de euforia para a pecuária pampeana, e essa condição pujante se manifestou também nos espaços urbanos da Campanha. Relatos da época descrevem a efervescência do comércio nas cidades de Livramento / Rivera: “las calles de ambas ciudades están atestadas de grandes almacenes y tiendas, y el intercambio comercial entre ellas y el transporte de mercaderias para campaña se efectua durante todo el día hasta disminuir por la noche” (PINTOS, 1918 apud SCHÄFFER, 1993, p.49). Nesse contexto, a mudança para as relações capitalistas de produção repercutiu diretamente no modo de uso da terra, resultando na expulsão de um grande contingente de trabalhadores rurais do campo para as cidades da região, conforme explica Schäffer (1993, p.50):

A valorização da carne no período entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial levou a um maior controle dos campos. Com o cercamento das terras começou a ser desestimulada a permanência dos agregados (posseiros) que desfrutavam a possibilidade do consumo do gado. Nesse processo, comum a toda a área pastoril do sul do País, aumentou a miséria das populações rurais não proprietárias e o êxodo rural teve início. Ao mesmo tempo em que se firmava o latifúndio cresciam as populações deslocadas para a periferia das sedes municipais.

A urbanização ocorre, assim, concomitante ao esvaziamento do campo e ao desenvolvimento da indústria local. Nesse processo, Livramento se destacou, produzindo uma variedade de produtos e, chegando a se posicionar, em 1940, como o terceiro parque industrial gaúcho (SCHÄFFER, 1993). Constituiu-se também no município, nessa época, em 1908, o Lanifício do Rio Grande do Sul Thomaz Alborno S/A, um pólo de produção de lã; um empreendimento reflexo da expansão da pecuária ovina, e de uma demanda crescente por tecidos de lã nos centros urbanos.

Nessa mesma época, já na linha da diversificação produtiva, um novo cultivo entra nas áreas de várzea do estado, o arroz. O grão desde o seu surgimento recebeu um tratamento específico, diferente dos demais gêneros da produção agrícola gaúcha; “medidas proteccionistas tomadas pelo Governo Federal, elevando as tarifas de importação, propiciaram uma elevação interna do preço e a possibilidade de produtores nacionais abastecerem o mercado brasileiro” (PESAVENTO, 1980, p.75). É nesse contexto que a cultura do arroz se expande nas várzeas da Campanha gaúcha. Via de regra, o arrendamento para o cultivo foi uma prática muito usada, uma vez que as terras já estavam ocupadas pelo latifúndio pecuarista. O arroz do Rio Grande do Sul logo penetrou nos mercados da Argentina e do Uruguai; incrementando-se, dessa forma, o comércio entre os países. Aproveitava-se os fretes para o transporte do arroz, retornando com os vagões carregados de trigo.

A partir da década de 1950, o cenário nacional começa a se reconfigurar; com a extensão da malha rodoviária e a penetração dos produtos da área metropolitana e do centro do País, ocorre a desarticulação da indústria local. De acordo com Schäffer (1993), o rodoviarismo foi o principal responsável pela integração efetiva da fronteira ao resto do País, quando Porto Alegre e São Paulo passaram a ocupar a posição de pólos desse espaço regional. Nesse contexto, territorializam-se lavouras capitalistas voltadas

para o atendimento de mercados externos, dedicadas ao cultivo do arroz e, mais recentemente, soja e silvicultura.

Entretanto, apesar de alguns focos de '*dinamismo*', o final do século XX e o início do século XXI, apresentam como característica geral a '*estagnação econômica*' da Metade Sul do estado. O Rio Grande do Sul chega aos anos 1970 com um rebanho efetivo de 12,3 milhões de cabeças de gado bovino. Esse número se manterá mais ou menos constante, chegando em 2006, com 11, 2 milhões de cabeças (IBGE, 2006); a sexta posição no país em termos de rebanho efetivo. Esse fenômeno, de estagnação das atividades ligadas ao gado, e de diversificação do espaço agrário, não se apresenta como privilégio brasileiro; pelo contrário, o Pampa uruguaio, argentino, e as pradarias do Paraguai, também tem tido a paisagem e a estrutura socioeconômica modificadas pela produção de soja e pela silvicultura em larga escala (PILLAR et al, 2009).

### **Sistema agrário contemporâneo (1970 até os dias atuais)**

A Campanha Gaúcha do século XXI se encontra sob a ação de diversos projetos econômicos e a transformação do espaço agrário reflete essas tendências. Desde meados do século XVII, a terra foi ocupada com a criação de gado de forma extensiva, resultando na modificação de uma paisagem natural campestre em uma paisagem pastoril. A diferenciação do sistema agrário regional, tanto em termos de projetos produtivos, quanto nas técnicas utilizadas para tais atividades, se intensifica com a generalização dos pacotes agrônômicos da *revolução verde*, baseados no tripé maquinário, insumos químicos, e sementes e matrizes artificializadas (FASE, 2009, p.23). Atualmente, apesar da atividade pecuária ainda ser predominante, o meio rural de Santana do Livramento apresenta uma área representativa coberta com cultivos anuais e perenes.

Com uma população total de 85.152 pessoas, o município apresenta uma alta taxa de urbanização, com 93% da população vivendo na cidade; além disso, conta com a segunda maior extensão territorial do estado, uma área de 6.956 km<sup>2</sup>, e uma população rural de 7.241 habitantes (IBGE, 2009). Observa-se, contudo, que apesar da estrutura

fundiária ser herança das sesmarias, e do município ter vastas regiões sob controle de poucos proprietários, com o tempo, o padrão de posse da terra parece ter se segmentado. Com isso, categorias sociais características da Campanha Gaúcha contemporânea se evidenciam. A Tabela 1, permite o reconhecimento desse processo.

#### Estrutura agrária Santana do Livramento

Área	Nº estabelecimentos	%	Area total	%
Até 20 ha	599	23%	5011	1%
De 20 a 100 ha	1206	47%	44.217	7%
De 100 a 500 ha	422	16%	108.223	18%
De 500 a 1000 ha	183	7%	130.515	21%
De 1000 a 2500	154	6%	228.853	37%
A partir de 2500 ha	29	1%	98.900	16%
Total	2.593	100%	615.719	100%

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE

Observa-se que existe um número representativo de estabelecimentos rurais de pequeno-médio porte, totalizando 1805 propriedades com até 100 hectares, ou seja, 70% do número total. Essas, no entanto, ocupam apenas 8% do território. Por outro lado, as 183 propriedades com áreas superiores a 1000 hectares, ocupam 53% da extensão do município. Contudo, entre essas duas faixas, Livramento apresenta também um segmento significativo de lotes rurais que variam entre 100 a 1000 hectares, áreas que podem ser consideradas médias, dadas as condições ambientais e produtivas características da Campanha gaúcha.

De acordo com estudos recentes (RIBEIRO, 2009; TORRES, 2001), muitas das pequenas e médias propriedades podem ser associadas a *pecuaristas familiares*, isto é, a pessoas que há gerações ocupam essa região, e que dedicam-se a uma criação de gado caracterizada pela utilização de poucos insumos externos, voltada para o sustento e a reprodução do núcleo familiar, e constituída basicamente pela organização do trabalho da família. Essa modo de organização socioeconômica [e espaço-temporal], em uma atividade de características quase-extrativistas, apresenta considerável autonomia em relação às oscilações do mercado e se aproxima dos *princípios agroecológicos* de produção (GLIESSMAN, 2000). Os pecuaristas familiares, estimados em cerca de 8.000

famílias para a Campanha gaúcha, vem subsistindo e resistindo na região, apesar do abandono por parte do Estado, constituindo um modo de vida ‘robusto’ e adaptado às condições ambientais dos campos sulinos (RIBEIRO, 2009).

A pecuária extensiva segue como a atividade predominante no espaço agrário do município, principalmente nas áreas mais elevadas. Livramento conta com o segundo maior rebanho bovino do estado, ficando apenas atrás de Alegrete. Dados do IBGE (2006) apontam a existência de 456.980 bovinos, 394.232 ovinos e 19.375 eqüinos em território santanense. O município apresenta o maior rebanho de ovinos do País, mesmo com o drástico declínio no número de cabeças nas últimas décadas, devido à expansão da lã sintética. Sobre a condição do produtor rural, 88% do rebanho efetivo pertence a indivíduos proprietários das terras (IBGE, 2006).

A produção de leite é expressiva dentre os proprietários da agricultura familiar; 982 famílias realizam a atividade (IBGE, 2006). Além dessas, 289 estabelecimentos não-familiares, com propriedades maiores, também participam do setor. A produtividade leiteira, contudo, apresenta-se muito baixa em relação à média do estado, refletindo em uma reduzida renda per capita; esse fato evidencia “a necessidade de se reestruturar a produção leiteira, tanto no manejo quanto na genética do rebanho, e na comercialização” (SEBRAE/RS, 1998 apud INCRA, 2006, p.21).

Apesar dessa população representativa de produtores e de terras dedicados à pecuária, as tendências, desde meados do século XX, são de lenta retração da atividade no Pampa. Esse processo parece se intensificar na medida em que a região perde importância enquanto produtora de gado para os mercados externos, situação evidenciada com a saída dos grandes frigoríficos na década de 1980, e na atual presença de poucos destes empreendimentos na Campanha Gaúcha.

Como principais cultivos temporários, Santana do Livramento apresenta o arroz, o milho, soja, sorgo e trigo; esses cultivos ocupam a maior parte das áreas utilizadas para agricultura. O arroz é o cultivo mais expressivo, ocupando 11.000 ha; uma área relativamente pequena se comparada aos municípios circundantes, uma vez que a Fronteira Oeste desponta como uma das principais regiões produtoras de arroz do País. A produção em 2001, foi de 65.395 toneladas; em termos de produtividade, o município fica em 6º lugar no estado. De acordo com informações do Instituto Rio-grandense do

Arroz (IRGA), cerca de 50% da área plantada é feita por arrendatários de municípios vizinhos, e além disso, da produção total de arroz, apenas 5% é beneficiado no município; assim, devido à carência de estruturas de armazenamento, a quase totalidade da produção é estocada em silos de outras localidades.

Quanto aos cultivos permanentes, o município tem como principal cultura, a uva, ocupando 857 ha (IBGE, 2006). A produção de mel também apresenta-se como uma atividade importante, com um grande crescimento nas últimas décadas. Em 1990, a quantidade de mel produzida no município era de 14.662 kg, já em 2003, foi de 280.000 kg (INCRA, 2004-2009). Nos últimos anos a silvicultura também vem se expandindo na Fronteira Oeste, e apesar de ainda tímida no município, é bem possível que o território venha a ser mais marcado por essa atividade.

Percebe-se com essa compilação de dados, a diversificação do uso econômico da terra. A intensificação desse processo vem exercendo alterações ambientais significativas e diferentes daquelas ocorridas durante os sistemas agrários anteriores. Conforme explica Leturcq et al (2008, p.14):

No oeste do Rio Grande do Sul, a agricultura apresenta impactos negativos no meio natural: erosão dos solos, ativação do arenização, má utilização dos recursos hídricos com poluição pelos pesticidas e dejetos animais, degradação da floresta de galeria [...]. Ações positivas, contudo são realizadas por um número, não negligenciável, de agricultores tais como a conservação dos solos, a economia da água, a proteção da floresta nativa... É importante destacar que estas ações favoráveis ao ambiente são adotadas porque convergem com uma melhor rentabilidade da exploração agrícola.

A situação de fragilidade ambiental associada a uma intensa produção agrícola, leva à necessidade de pensar o modo de uso da terra. A reforma agrária na Campanha, na medida em que densifica o espaço rural, também participa desse complexo contexto, que tem como pergunta fundamental: como conciliar o respeito ao ambiente com a produtividade agrícola, considerando as especificidades socioeconômicas, culturais e ambientais, de modo que uma quantidade significativa de agricultores aja em prol dos recursos naturais. (LETURCQ, 2008, p. 14-15)

## **A reforma agrária em Santana do Livramento**

Os assentamentos tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalam, muitas vezes caracterizada por uma agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, mudanças tecnológicas, refletem-se na composição da receita dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional (Leite, 2003, p.10).

Com o processo de reforma agrária e a chegada de milhares de famílias de outras partes do estado, a Campanha se complexifica; novos atores vivendo, interagindo, produzindo uma diferente organização do espaço e, conseqüentemente, efeitos sobre a realidade anterior. Santana do Livramento, hoje, abriga 31 projetos de assentamento (PAs) da reforma agrária, totalizando 26.257 hectares de terras; esses vêm sendo instalados na região desde 1992, e apresentam uma situação bastante heterogênea. Com objetivo de produzir um quadro geral [tabela qualitativa] da reforma agrária em Santana do Livramento, estudamos 21 relatórios ambientais de assentamentos do INCRA no município<sup>3</sup>, e realizamos uma sistematização das informações colhidas.

Nos relatórios observados, em boa parte dos assentamentos registra-se “*dificuldades de adaptação das famílias em função das diferenças entre as suas regiões de origem e a região do assentamento*” (INCRA, 2004-2009). A maioria das famílias tem origem na região noroeste e norte do estado, em municípios com estrutura minifundiária, da agricultura familiar dedicada ao cultivo de grãos. Nos PAs de implantação mais recente, ocorre também o assentamento de famílias da região metropolitana de Porto Alegre. Diante das dificuldades, registra-se uma considerável taxa de abandono de lotes, com a posterior substituição de famílias. No caso mais sério, o PA Jupira/São Leopoldo, implantado em 1997, essa taxa chega a 40%. Ainda, em nossa pesquisa de campo na região, nos foi relatada uma considerável taxa de inscrição de assentados no Programa Bolsa-Família, do Governo Federal; cerca de 30%. Essa informação, contudo, deve ser apurada junto ao órgão responsável nos próximos passos desta pesquisa.

---

<sup>3</sup> Os relatórios ambientais dos assentamentos foram produzidos pelo convênio entre INCRA/RS e Laboratório de Geoprocessamento da UFRGS, realizado entre os anos de 2004 e 2009, sob coordenação do Prof. Heidrich Hasenack, a quem agradecemos pela colaboração para a realização deste trabalho.

O acesso à educação é caracterizado como regular. Alguns assentamentos possuem escolas estaduais de Ensino Fundamental dentro de seus limites; essas também atendem crianças de PAs do entorno. Em outros casos, as crianças têm de se deslocar para escolas de outras localidades, através de transporte escolar provido pelo Poder Público local. Já os estudantes do Ensino Médio têm maiores dificuldades para estudar. Não é registrada a ocorrência de escolas desse nível dentro dos PAs ou na área rural do município; os estudantes, desse modo, têm de se dirigir por conta própria até a sede municipal, localizada entre 15 e 60 km de distância, para antederem às aulas.

O destino dos resíduos nos assentamentos também se apresenta como uma questão um tanto crítica. “Os resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos (restos de alimentos, garrafas plásticas, latas, vidros, frascos de vacinas, embalagens de defensivos, etc.) gerados pelos assentados carecem de tratamento adequado” (INCRA/RS, 2004-2009). A coleta de lixo da Prefeitura não abrange a zona rural, e assim, a maior parte dos resíduos sólidos é enterrada em buracos perto casa, queimado ou então simplesmente empilhado a céu aberto, inclusive as embalagens de insumos e defensivos.

Em relação às condições ambientais, a maior parte dos assentamentos possui diversas nascentes dentro dos seus territórios; em geral, o comportamento das mesmas é intermitente. Os PAs também contam com cursos d’água que, nas áreas baixas e planas assumem um comportamento mais perene. Devido à existência de uma estação seca, foram construídas ao longo dos cursos d’água secundários muitas barragens, centenas de pequenos açudes, e outras estratégias para conduzir a água através do campo e das plantações. Os corpos d’água são geralmente utilizados tanto para a dessedentação animal, quanto para a irrigação de lavouras.

No que se refere ao estado de conservação, registra-se alterações consideráveis em boa parte da rede de drenagem dos assentamentos; essas alterações contudo, podem ter sido herdadas dos antigos proprietários das terras. A condição das nascentes é muitas vezes registrada como regular ou ruim, havendo diversas ainda cercadas pela vegetação original, o campo nativo úmido, mas com o entorno acessível ao gado. Em outras, verifica-se a implantação de lavouras, com o potencial comprometimento dos cursos d’água. Ocorre também o corte seletivo das árvores, tanto para lenha quanto para madeira, e a queima de pastagens em área de APP. Em muitos assentamentos, o capim-annoni é

apontado como um sério problema ambiental.

Quanto à produção, como regra geral constata-se a criação de gado, tanto para corte quanto para leite, em campo nativo e também com enriquecimento da pastagem (aveia e azevém no inverno, e milheto no verão). Em diversos PAs, o leite é o ‘*carro-chefe*’, garantindo uma importante renda mensal para as 525 famílias envolvidas. A coleta é realizada através dos caminhões da COOPERFORTE (Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste), cooperativa formada por assentados da região, e encaminhada para processamento na COSULATI, a cerca de 300 Km de distância, em Pelotas. A média da produção é 6.000L/Mês/Família (EMBRAPA, 2003/2004 apud MST).

O PA Cerro dos Munhoz, o mais antigo do município, apresenta a maior produção, com 50.000 L/Mês. O PA, conta com 4 resfriadores de leite coletivos; essa situação, contudo, não é regra, pois de forma geral constata-se a falta de equipamentos e maquinário, sendo que alguns assentamentos mais afastados não são atendidos pelo sistema de coleta. Em poucos PAs existe produção de queijos para comercialização. Ocorrem dificuldades nos períodos de seca, com a drástica redução das pastagens em muitas áreas. Existe ainda produção de pequenos animais (porcos e galinhas) para consumo, e equinos para o trabalho e transporte.

Quanto aos cultivos, a maior parte dos assentamentos se caracteriza por uma produção variada, na maior parte voltada para subsistência. Existe o cultivo de grãos e alimentos, como milho, feijão, mandioca, olerícolas, soja e arroz (em poucos casos). O zoneamento agrícola (INCRA, 2004-2009) aponta como culturas preferenciais para a região, o arroz irrigado, o trigo, o sorgo, as forrageiras de clima temperado (aveia, azevém, centeio, etc); são consideradas inaptas culturas tradicionais como feijão, mandioca e milho. Nos PAs, contudo, algumas dessas culturas se destacam, principalmente na produção para o autoconsumo.

A área é classificada como tolerável para o cultivo da soja, e de fato, a importância da cultura parece estar crescendo no município. No assentamento Cerro dos Munhoz, em recente ida à campo, foi relatado que 2009 seria a primeira grande safra de soja no PA. Entretanto, o déficit hídrico apresenta-se como um empecilho para essas culturas de verão que necessitam quantidades razoáveis de água entre os meses de novembro e janeiro.

Além disso, se levarmos em conta a própria lógica do sistema produtivo da soja, uma monocultura voltada principalmente para a exportação, o cultivo parece contradizer os objetivos da reforma agrária, de produzir alimentos de forma saudável e duradoura, e em pequenas parcelas de terra.

O cultivo das variedades apontadas acima é geralmente feito de modo convencional, e em diversos assentamentos constata-se impactos desfavoráveis ao ambiente pelo uso de técnicas como revolvimento do solo, sementes melhoradas, adubos químicos, queimada, etc. São relatados processos erosivos ligados ao modo de uso da terra em muitos PAs. Em alguns lotes, contudo, existe a utilização de técnicas menos impactantes, como plantio direto e adubação verde. Observa-se, além disso, a falta de maquinário, sendo bastante utilizada a tração animal e também o aluguel de máquinas ou uso da patrulha agrícola do município.

Existe também, o cultivo de frutíferas (pêssego, uva e *citrus*), culturas essas indicadas pelo Zoneamento Agrícola, como de baixo impacto. Em nossa ida à campo, contudo, constatamos dificuldades na comercialização das frutas produzidas; no PA Cerro dos Munhoz, por exemplo, os agricultores que conseguem produzir algumas toneladas de frutas em seus lotes dependem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para escoar a produção. O programa possui um limite de aquisições por família e, desse modo, geralmente ‘sobram’ frutas que acabam sendo utilizadas em trocas informais dentro do próprio assentamento.

Em alguns PAs ocorre ainda a produção de mel, representando uma importante contribuição no orçamento familiar. Essa atividade econômica pode ser implantada como modo de utilização indireta de áreas de uso restrito, como as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal (ARL), com potencial ainda para ser implementada com abelhas nativas (INCRA, 2004-2009).

A assistência técnica aos assentados é fornecida pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos - COPTec (antigo LUMIAR); contudo, a carência de técnicos dificulta o pleno atendimento (INCRA/RS, 2006).

Quanto às formas de organização para a produção, essa é geralmente feita em torno do núcleo familiar. Existe a COOPERFORTE, e além disso alguns casos de equipamentos coletivos associados à produção leiteira. A exploração da terra é, contudo, realizada de

modo individual. Ocorre o arrendamento em áreas de várzea, para plantadores de arroz de fora dos PAs, e além disso, arrendamento de partes de lotes entre assentados.

Poucos assentados fazem feira regularmente na cidade com a sua produção; existe uma pequena banca que tem uso rotativo entre algumas famílias, contudo percebe-se a dificuldade da produção da área rural do município chegar até o espaço urbano, para efetivamente alimentar a cidade. Essa condição parece ter relação com o dado do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, de que cerca de 70% dos alimentos que chegam em Santana do Livramento, vem da Ceasa, localizada a 500 km de distância, na região metropolitana de Porto Alegre. Esse tipo de situação nos leva à necessidade de problematizar a reforma agrária que está sendo realizada no Pampa gaúcho, buscando pensar suas possibilidades sob uma perspectiva *durável*.

Tendo esse quadro geral em mente, mergulhamos na próxima parte, em um relato do campo, na escala do lugar.

### **Reforma agrária e o cotidiano na Campanha: um relato preliminar do campo**

Santana do Livramento, Julho de 2009, assentamento Bom Será. Ika puxa da terra arenosa, sem muito esforço, ramos de aipim e batatas-doces redondas e pesadas; vem com a expressão satisfeita para encher o balde que levaremos da fronteira do Brasil de volta para a região metropolitana. “Só não colhe quem não planta”, diz Ika, “essa história de que a terra do Pampa não dá fruto é conto de quem não quer levantar cedo. Aqui a gente produz de tudo para comer”. A família de Ika nos serviu um almoço colorido, com bela variedade: legumes, carnes, frutas e verduras produzidas localmente e itens como macarrão e arroz, vindos dos mercados da cidade.

Contudo, a história de Ika, Graxa e seus três filhos, apesar de produzirem para o autoconsumo, não parece encarnar puramente a tríade *família-terra-trabalho* do tradicional modo de viver campesino (WOORTMAN, 1990). De fato, eles parecem mais estar num limbo entre rural e urbano; um híbrido, que traz a tradição no sangue e nos saberes, mas que absorve e incorpora muitos dos hábitos de quem vive em meio às ruas asfaltadas.

Trabalhador e proprietário ao mesmo tempo, Graxa, viu na distância entre o campo e a cidade, aliada à ausência do Estado, uma oportunidade para montar um serviço de transporte entre os 31 assentamentos de Livramento. Um belo negócio. Com uma frota de sete ônibus, um caminhão pipa, três motos e dois carros, a empresa de Graxa e Ika, movimenta cerca de 60 mil reais por mês, um montante que se destaca da vida pacata, que é vista nos assentamentos da região. De origem rural, mais precisamente da agricultura familiar dos italianos de Erechim, com passagem pela luta do acampamento junto ao MST, Graxa agora “levanta poeira” com sua caminhonete Toyota, nas estradas de chão que cortam bucolicamente as coxilhas da paisagem pampeana.

A mãe da família, Ika, com a ajuda permanente do filho mais velho, planta para a família se alimentar. Menino quieto, de olhar sereno, Dudu tem 18 anos, e o desejo de ir para a universidade estudar veterinária. O pai, entretanto, não deixa: “Imagina como ele vai se virar na cidade, não sabe nada das maldades de lá; eu dei até uma moto novinha para ver se ele se contenta em ficar aqui”. Ika acrescenta que o trabalho do menino é necessário na produção do lote. Já a filha do meio, Ana, com 11 anos, “é a princesinha do pai”, diz Graxa com orgulho, enquanto nos mostra uma foto da menina no celular, posando como se estivesse numa revista. “É, essa aí, eu faço tudo por ela”, diz Graxa. “Ela quer ser modelo”, completa a mãe. O caçula Marcos, com oito anos, só quer saber de correr atrás dos porquinhos que vivem entre o chiqueiro e o pátio da casa. “Difícil é fazer o menino sentar para estudar, tranca tudo quando chega a hora de juntar as letras!”, explica Ika, contrariada diante da dificuldade da criança em aprender a ler.

Com esta primeira etapa da pesquisa de campo, evidencia-se a complexidade da vivência no lugar; mostra-se necessário, no trabalho de pesquisa, *um pé nos livros e outro no mundo*, pois muitos dos fenômenos que vinham sendo relatados nos artigos, lidos durante os meses antecedentes, quando lá, em Livramento, se passavam diante dos nossos olhos. Por exemplo, o tratamento diferenciado entre filhos homens e filhas mulheres que presenciamos na família de Ika, é descrito por Bourdieu (2006) dentre os camponeses franceses: às mulheres, a *liberdade* da cidade, aos homens, as *amarras* do trabalho na terra, tendo como conseqüência a masculinização do meio rural.

Entretanto, a unidade familiar que visitamos não parece se enquadrar na pura *campesinidade*; uma *nova lógica produtiva* considera a produção para o autoconsumo como elemento complementar a sua reprodução social (GRISA, 2007), pois a renda familiar principal vem de uma atividade não-agrícola. Desse modo, todo alimento produzido por Ika serve, ou para nutrir a sua família com qualidade, ou então para alimentar as relações com os vizinhos. Nesse contexto, a *campesinidade*, retratada por Sabourin (2004) e Chayanov (apud GRISA, 2007), se manifesta na cultura, nas práticas com a terra e nas relações da família, perpetuadas principalmente pela mãe, enquanto paralelamente administram um negócio não-agrícola, capitalista e bastante lucrativo, sob chefia do pai, Graxa.

No final da visita, Ika nos levou até o assentamento Cerro dos Munhoz, o mais antigo da região, com 17 anos desde a sua instalação. Era sábado, e havia uma congregação da comunidade local em volta da área de recreação, composta por quadras de jogos, um pequeno salão de madeira, e um *bolicho*<sup>4</sup>. Encontramos com Dona Fátima e Seu Rade, um casal de meia-idade com um dos lotes mais produtivos do assentamento. Dona Fátima conta que se especializaram em fruticultura, mas que apesar da alta produção, eles têm dificuldade para escoar as toneladas de laranja, bergamota, pêssigo e pêra, que produzem em pouco mais de 10 ha, dependo assim, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para gerar renda da produção. A dificuldade da família parece uma contradição com a situação do abastecimento do meio urbano de Santana do Livramento, que depende em grande parte dos alimentos consumidos vindos da CEASA, de Porto Alegre.

Estimulados pela perspectiva de comercializar uma produção consistente, Dona Fátima e seu Rade concentram os esforços no pomar. A família, desse modo, não produz tudo o que precisa comer, contudo, Dona Fátima afirma que isso não é um problema: “A gente trocando, a gente consegue tudo daqui mesmo. Que nem outra semana, eu mandei os abacates pelo ônibus [rural] para a Ika, né Ika, e ela me mandou as abóbora cabotiã”. A senhora falava de outra estratégia descrita por pesquisadores do campesinato. Perguntei a ela como sabia quanto valiam os seus abacates e quanto

---

<sup>4</sup> Estabelecimento comercial para a venda de bebidas, alimentos e gêneros de primeira necessidade onde ocorrem atividades sociais e lúdicas.

valiam as abóboras de Ika. Ela me olhou e, simples e direta falou: “Ah, esse cálculo a gente nem faz”. Sabourin (2004), em suas viagens pelos cinco continentes, detectou a *dádiva* e a *reciprocidade* como intrínsecos ao modo de vida das comunidades campesinas; essa seria uma economia informal paralela, mas tão forte, que é capaz de assegurar, através da coesão das comunidades gerada por laços recíprocos, uma melhor qualidade na reprodução das famílias do grupo social. Nessa primeira visita, tal como indica Shanin (2008), nos pareceu que a campesinidade, ou o modo de vida camponês, como uma composição de elementos, saberes, estratégias e relações, vive no cotidiano espontâneo, entre os assentados reterritorializados em Santana do Livramento.

### **Pesquisas futuras: reforma agrária no Pampa e o cotidiano na fronteira**

Como palavras finais deste texto, abrimos uma perspectiva para os próximos passos desta pesquisa. Nessa linha, alguns dados e experiências atuais nos chamam a atenção como possibilidades e oportunidades para a Campanha Gaúcha.

Em uma escala municipal, nos interessa aprofundar questões ligadas ao abastecimento do meio urbano. Nesse sentido, um conhecimento sobre as políticas públicas municipais voltadas para o setor primário, é de interesse, tendo sempre em vista a necessidade de desenvolvimento de uma matriz produtiva *durável* para a região. Diante desse quadro, nos interessa a identificação de oportunidades e dificuldades para os assentados dos PAs do município.

Na escala dos assentamentos, estamos observando as mudanças no uso da terra desde a instalação de 31 PAs do INCRA no município de Livramento. Essa parte da pesquisa esta sendo realizada através das técnicas *Sensoriamento Remoto*. Pretendemos, com isso, produzir uma discussão acerca da intensificação do impacto antrópico sobre o bioma promovida pelos assentamentos da reforma agrária na Campanha Gaúcha.

Destacamos também que conhecer o cotidiano dos assentamentos se apresenta como um caminho a ser trilhado. Isto se tornará possível através do estudo das trajetórias de reterritorialização com foco nas estratégias de reprodução familiar, do trabalho na terra, das técnicas de produção, das relações sociais e coletivas ligadas à

economia, do aprendizado com o novo ambiente e das relações criadas com o município e seus habitantes.

A presente pesquisa se valerá do registro audiovisual como forma de apreensão do objeto de estudo durante a realização do campo. Será produzido um vídeo com uma síntese das idéias colhidas ao longo do trabalho. O objetivo é propagar experiências produtivas e socioeconômicas que tenham como característica fundamental a capacidade de se reproduzir na Campanha gaúcha, com reduzido impacto sobre o bioma.

Ao final, nos resta um quadro complexo tanto do sistema agrário da região, quanto das populações que nele habitam. Os próximos passos da pesquisa deverão se alimentar dessas condições levantadas, e assim, partir para a pesquisa de campo, em Santana do Livramento.

## Referências

BOLDRINI, Ilsi Iob. A flora dos Campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR et alli. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

CHELOTTI, Marcelo C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. (Dissertação de Mestrado em Geografia. FCT/UNESP), Presidente Prudente, 2003.

CHELOTTI, Marcelo C. A dinâmica do espaço agrário no município de Sant'Ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 3(1): 53-70, jan-jun – 2005. Disponível em: [www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm)

CHOMENKO, Luiza. Capacitação em recuperação ambiental nos PAs do Bioma Pampa. In: **Capacitação em recuperação ambiental nos PAs do Bioma Pampa**, INCRA/RS, Porto Alegre, 25 a 27 ago. 2008. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, C.M. **Estudo do Modo de Vida dos Pecuaristas Familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural. Orientador: Prof. Dr. Carlos G. A. Mielitz Netto. UFRGS: 2009. 304 p.

GREENPEACE, *Relatório Farra do Boi*. Greenpeace, 2009. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/amazonia/gado/o-relat-rio>>, acesso em 08/2009.

HAESBAERT, R. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

IBGE. Censo agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 08/2009.

INCRA/RS. **Relatórios ambientais dos Projetos de Assentamento de Santana do Livramento/RS**. Porto Alegre, 2004-2009.

KERN, Arno. **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

LETURCQ, Guillaume; LAURENT, François; VIEIRA MEDEIROS, Rosa Maria. Percepção e gestão da erosão e dos recursos hídricos pelos agricultores e criadores da bacia hidrográfica do Ibicuí (RS, Brasil). **Confins: revista fraco-brasileira de geografia**. Número 4, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/index4793.html#abstract>

ONG FASE, GT Monocultivos. Agronegócio e Monoculturas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 2, nº 6, p. 269-282, jan 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

SCHÄFFER, Neiva Otero. **Urbanização na Fronteira: expansão de Sant'Ana do Livramento/RS**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, 1993.

LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. **Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**, Fortaleza, 2003. Disponível em <[www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=27](http://www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=27)>, acesso em 07/2009.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1978 [1971]

MAZOYER, M. e ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

M.M.A. 2007. **Áreas prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização** – Portaria MMA Nº 09, de 23 de janeiro de 2007, Vol II. CD-ROM.

PESAVENTO, Sandra. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

TORRES, Jorge Eduardo Hamilton. **A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Sant’Ana do Livramento/RS**. Monografia para obtenção do título Especialista em Desenvolvimento Rural e Agroecologia, pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Dr. Lovois de Andrade Miguel. Porto Alegre, 2001. 176p.

VIEIRA MEDEIROS, R. M. Camponeses, cultura e inovações. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO: San Pablo, dezembro 2006.

**\*Recebido em 30/11/2009**

**Aceito para publicação em 13/04/2010**